

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

Não são de hoje as dificuldades com que se debate a Defesa em Portugal. Vêm de muito atrás e resultam de uma conjugação de vários factores: de muitos anos de desatenção dos respectivos responsáveis; da preferência política em “deixar andar” contra a alternativa mais difícil de encontrar soluções para problemas óbvios a qualquer observador mesmo não especialista e da tendência, entre os militares, de reduzir tudo a um problema financeiro que ficaria devidamente resolvido tão cedo fosse parada a continuada redução dos orçamentos e reposto o nível recomendado.

Prevendo as dificuldades de implementação de um processo de reformas, eventualmente com aspectos para os quais haveria sempre sectores militares pouco receptivos, e não dispondo de experiência nessa área, as elites políticas terão concluído que seria preferível esperar que a via de um apertado controlo financeiro acabasse por suscitar, de um modo mais espontâneo, as necessárias soluções evitando assim o ter que, mais ou menos penosamente, estar a implementá-las “contra ventos e marés”. É esta, pelo menos a minha interpretação para a prolongada manutenção de um orçamento estruturalmente muito distorcido por excessivo peso relativo dos encargos com pessoal, quase nenhum investimento e insuficientes recursos para operação e manutenção. Ninguém precisa de ser especialista para saber que, a prazo, essa situação não é sustentável e que acabará, mais tarde ou mais cedo, por levar a “bater no fundo”, o que, no caso presente, se não é ainda “afundamento” pode muito bem caminhar para lá. Pior do que isso, toda a gente sabe que a manutenção de um orçamento tão desequilibrado é uma fraca maneira de gastar recursos, principalmente quando, sendo muito escassos, seria sobretudo preciso um critério rigoroso de eficiência na sua aplicação.

Não pretendo dizer que nada tenha sido feito de positivo ou que tenha havido inacção total. Se assim tivesse sido ficaria sem explicação a evolução que se verificou e que, na minha opinião, levou a umas forças armadas intrinsecamente bem melhor preparadas – o que não é o mesmo do que equipadas – para os desafios do seu tempo. Entraram ao serviço alguns novos meios, ao nível do melhor que então existia, como é o caso das fragatas da classe “Vasco da Gama” e dos F-16 e dinamizou-se, também com novos equipamentos, a componente operacional das forças terrestres o que permitiu ao País assumir um maior desafio de responsabilidades e ter uma presença internacional que tem sido positiva. Passamos a ter alguns nichos de novas capacidades, uma dentro de cada ramo, uma espécie de “oásis” num conjunto que, no restante, permaneceu desértico quanto a meios e equipamentos. Evoluiu-se, principalmente, na área da formação do pessoal, onde há hoje um nível de qualidade à altura das modernizações que será necessário empreender se se quiser colocar as forças armadas ao nível operacional e técnico dos nossos aliados.

A certa altura, na década de oitenta, parecia até haver uma coerente política de defesa, então identificada como a política dos “Três Rs”, Redimensionamento, Reestruturação e Reequipamento, para “menos forças, melhores forças”, o que fazia perfeitamente sentido à luz das novas circunstâncias. Tinham acabado os compromissos com o Ultramar, exigindo uma larga presença militar mas sem desafios de sofisticação técnica e operacional; tratava-se, então, de preparar a estrutura militar para outros tipos bem diferentes de situações, onde as exigências de natureza tecnológica passariam a dominar o planeamento de forças.

Requeria-se uma evolução coordenada e coerente segundo essas três vertentes tendo em vista um objectivo a definir com mais precisão à luz de uma nova visão para a Defesa. Acabou, no entanto, por não aparecer essa visão e só apareceram medidas significativas na área do Redimensionamento, algumas iniciativas tímidas na área da Reestruturação e muito pouco no Reequipamento, não obstante os novos meios atrás referidos. Ficou a faltar a ideia do que deveriam ser as forças armadas do futuro, num contexto em que já não teriam que combater em África mas que teriam que se tornar capazes de emparceirar, sem limitações, com os nossos aliados na defesa das causas comuns, o que, no mínimo, implicava questionar o modelo então existente. Reduziram-se efectivos militares e civis – por exemplo, na Marinha, passou-se de um total de 23.000 em 1974 para 14.000 em 2004 (39% de redução) – e concretizou-se, por fases, ao longo do período, uma volumosa produção legislativa, a começar por uma Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e uma nova arquitectura de conceitos para o desenvolvimento do planeamento de defesa e de forças; estabeleceram-se novas leis de bases das forças armadas, do EMGFA e dos ramos e toda a panóplia subsequente de decretos regulamentares em função da estrutura adoptada.

Foi-se, porém, muito tímido, apesar de uma ou outra novidade, por exemplo, na Marinha e Força

Aérea, a colocação de toda a estrutura operacional debaixo do comandante operacional do ramo, solução que o Exército, no entanto, não quis adoptar. Não houve praticamente nada de aproximação a uma visão conjunta das forças armadas apesar das tendências então prevaletentes entre os nossos aliados já apontarem nesse sentido. Verdade se diga que também não havia muita disponibilidade da Marinha e da Força Aérea para esse caminho; receava-se que uma visão integracionista conduzisse, mais tarde ou mais cedo, a perda de identidade e cultura próprias e, provavelmente, a uma acrescida secundarização perante o ramo de maior dimensão, que tenderia a assumir todo o protagonismo. Receios compreensíveis e que, provavelmente, permanecerão no futuro se continuarem a faltar quaisquer bases definindo princípios, critérios e garantias claras sobre a forma como todo esse processo se deve desenvolver. Por outro lado, continuou a faltar uma solução organizativa que pusesse termo a desnecessárias duplicações de áreas de responsabilidade, de indefinições e muitas zonas cinzentas sobre competências e atribuições ao nível do topo da hierarquia militar, principalmente entre o CEMGFA e os chefes dos Ramos. Desde há muito que se aponta o que está a funcionar mal mas nunca foi desencadeado qualquer iniciativa para fazer correcções, salvo num ou noutro aspecto muito pontual sem impacto no conjunto.

Aonde se avançou menos foi no Reequipamento, como acima já dito. Em primeiro lugar por falta de um mínimo de funcionalidade da lei de programação militar que não parece pensada para funcionar como a principal ferramenta para o investimento. Em segundo lugar por deficiências de abordagem sobre algumas questões básicas de material, por exemplo, sobre o conceito de modernização de meio do ciclo de vida que salvo a excepção – mesmo assim tardia – do caso das fragatas da classe “João Belo”, esteve geralmente ausente de todos os programas. Mas também não assumindo necessidades de desinvestimento em relação a sistemas e equipamentos já não correspondendo minimamente aos requisitos prevaletentes e que têm sido mantidos ao serviço com exagerados custos de manutenção e fraca prestação operacional. Cometeram-se também vários erros; o mais patente foi a redução do Serviço Militar Obrigatório para quatro meses que tanta perplexidade causou então a toda a gente e que foi um dos maiores embaraços por que tiveram que passar os membros das delegações nacionais às reuniões de planeamento da NATO, na tarefa impossível de explicar o racional dessa medida. Permaneceu ainda o problema, que nada ajudou, de uma metodologia de planeamento de defesa e de forças idealizada no início da década de oitenta e consagrada, como atrás referido, na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, abordando cada um dos níveis de uma forma quase estanque, sem cuidar da sua interacção e sem exigir testes de exequibilidade para verificação da conformidade com os recursos, de adequabilidade para confirmar a sintonia com os propósitos e de aceitabilidade perante os riscos.

Por isto tudo, embora em circunstâncias diferentes, nomeadamente num nível mais evoluído e com alguma capacidade pontual de resposta à altura dos actuais desafios, no aspecto geral estamos hoje de novo quase como no início da década de oitenta. Isto é, outra vez, com necessidade de revermos a dimensão dos efectivos (veremos mais tarde porquê), de reconsiderarmos a forma como as actuais estruturas e mecanismos de decisão estão a responder às exigências do futuro, quer em termos de custo/eficácia, quer em termos operacionais, e, finalmente, de pensarmos as necessidades de reequipamento em termos de capacidades conjuntas, construídas de raiz, para os cenários mais prováveis de emprego. Para sair desta situação e para que os erros não se repitam, contrariamente ao que sucedeu anteriormente, é indispensável começar por clarificar a visão do que se pretende das forças armadas e assegurar uma metodologia de planeamento que trate o assunto de uma forma global e sistémica com vista a esse objectivo.

No documento iniciador desse processo, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, é necessário corrigir o desequilíbrio entre a prolixidade do texto referente ao contexto existente (o enquadramento nacional e internacional, os valores permanentes da defesa nacional, o sistema de alianças e organizações internacionais, etc.) e a modéstia do espaço dedicado às missões e meios, tratado de uma forma muito genérica e insuficiente para permitir concluir, afinal, qual o modelo e configuração geral pretendidos para as forças armadas. Há que concordar não ser de grande utilidade que o documento liste exaustivamente todas as eventualidades de emprego do poder militar e junte recomendações vagas sobre a necessidade de uma “organização flexível e modular adequada aos modernos requisitos de empenhamento operacional” sem mais acrescentar pois isso em nada contribui para se perceber o que é prioritário, questão para que não se encontra resposta no actual conceito. Interessaria, por exemplo, saber se deve ou não, no actual contexto de segurança, ser dada prioridade à concretização de uma capacidade de intervenção no exterior, para que Portugal não fique ausente dos esforços colectivos das comunidades em que está inserido na protecção dos respectivos interesses ou cumprimento de inerentes obrigações. Ou se é preciso também que essa capacidade permita intervenções autónomas na defesa de interesses puramente nacionais. A que nível e sob que condições? Para operar em qualquer zona do espectro de conflitos, apenas para tarefas do tipo Petersberg de apoio à manutenção da paz ou também para intervenções militares robustas? Apenas integrados em operações da Aliança, da UE, de eventuais coligações ou também

num contexto autónomo? E em que condições para cada caso?

Não se encontra no actual conceito qualquer pista segura para responder a estas questões nem a muitas outras que é indispensável também levantar. Todos sabemos que se tratam de questões incómodas e não é difícil antever como ainda mais incómodas poderão ser as respectivas respostas. Nada, no entanto, que possa ser evitado se, de facto, o que queremos é desenvolver, de uma forma racional, um planeamento de forças devidamente alicerçado em premissas claramente definidas. Há dois parâmetros básicos que nesse processo há que ter primariamente em conta: o da realidade em que vivemos, que é concreto, objectivo e não se pode mudar e o do nível de ambição política, que depende da forma de encarar essa realidade e da vontade do País em ter um maior ou menor protagonismo militar. Dentro do primeiro parâmetro, temos, por um lado, a grande improbabilidade de deflagração de conflitos na Europa e por outro um crescendo de conflitos e crises que embora em áreas exteriores acabarão por ter sempre impacto sobre as condições de que precisamos para que haja progresso e bem-estar; temos também a realidade de um espaço estratégico de interesse nacional onde há interesses a proteger, obrigações a cumprir, algumas resultantes de compromissos internacionais, e ainda preocupações de segurança numa área que é também fronteira comum do espaço europeu de que Portugal faz parte e para as quais as forças armadas constituem, em exclusivo, o único meio credível de intervenção; temos, finalmente, um nível limitado e modesto de recursos que exigem contenção e criteriosa utilização. Estes são os parâmetros que nada ou muito pouco podemos alterar, como acima dissemos; os outros, que dependem de opções políticas, são os que definirão a forma de o país se posicionar perante o contexto prevalecente, que definirão o papel que o país pretenda desempenhar e como deverá assumir as suas responsabilidades, combinando, de forma equilibrada, a desejável ambição com o necessário pragmatismo. O que nos diz o actual conceito responde bem a quem acha importante ter uma grande ambição e não se importa de ser irrealista mesmo que isso resulte em prejuízo da credibilidade. Não é isto, porém, o que se deve esperar de um documento donde se aguardam orientações para a definição ulterior do sistema de forças que o país deve ter. É, portanto, necessário rever também a forma como este documento tem sido desenvolvido.

Já se referiu anteriormente que, não obstante as grandes reduções feitas nos efectivos, estamos hoje perante a necessidade de novos cortes no pessoal. O assunto não é fácil de encarar pois é geralmente grande o cepticismo nos ramos sobre essa possibilidade. Terá, porém, que se encarar essa medida no contexto de uma nova solução organizativa que elimine áreas de duplicação de tarefas, que simplifique e automatize onde viável o modo de gestão, com recursos a soluções informáticas e que recorra a mais civis para diminuir o peso orçamental da componente territorial. De acordo com um estudo recentemente publicado pelo Instituto Humanismo e Desenvolvimento, se se assumir que o orçamento da defesa aumentará para 2% do PIB e que este crescerá a um ritmo entre 1.5 e 2.5%, o número máximo de pessoal (civis e militares) nas forças armadas não deve ser superior a 30.000 se for pretendido limitar os encargos com pessoal a 40% do orçamento ou 37.000 se esse limite se situar nos 50%. A meta desejável é não gastar mais do que 40% para poder ter disponível para investimento e operação/manutenção 60% (30% em cada área) mas os países com forças mais evoluídas – caso dos EUA e do Reino Unido – gastam bem menos. Sem esta medida não haverá hipótese de ter umas forças armadas modernas, capazes de tirar oportuno partido dos avanços tecnológicos. Se esta não é a opção poderemos ter mais efectivos mas então não será provável que haja suficientes voluntários pois as forças armadas não serão nessas circunstâncias uma organização prestigiada nem muito menos o centro de excelência que muitos defendem dever ser. Que deveria dizer e o que diz o CEDN sobre este assunto? O que deveria dizer está implícito nos anteriores comentários; o que diz presentemente não permite identificar qual a opção adoptada.

Se pretendemos definir a política de defesa sob uma perspectiva sistémica, a vertente da reestruturação não pode ficar a aguardar melhor oportunidade. Interessaria, por isso, resumindo o que já foi acima indicado, reconsiderar tanto a organização administrativa-logística como a estrutura operacional. No primeiro âmbito, seria preciso agilizar e tornar mais eficaz o modo de funcionamento existente; possíveis áreas de actuação, sem querer ser exaustivo por não ser esse o propósito deste texto, deviam incluir maior procura de soluções conjuntas e um alargado recurso a aquisições de serviços no exterior (Outsourcing) e, em geral, tudo que pudesse diminuir custos de funcionamento. No âmbito da estrutura operacional, as questões em aberto, desde há anos, são por demais conhecidas: competências do CEMGFA, articulação político-militar, comandos operacionais, etc. Deveria ou não o CEDN abordar este assunto? Dentro da ideia de que seria conveniente uma abordagem global, diria que o conceito deveria pelo menos estabelecer orientações mesmo que genéricas sobre como deve ser encarada esta questão.

Entrando no campo do reequipamento, o que se pretende, no final, é chegar à definição de um sistema de forças. Dada a herança de um passado muito marcado por circunstâncias totalmente diferentes das actuais, interessa que essa definição não esteja logo à partida condicionada, quer em termos conceptuais quer em termos materiais, por aquilo que existe. Em alternativa, o que se

pretende é que o sistema de forças seja desenhado em função do que se pretenda garantir em termos de capacidades, que possa constituir a matriz daquilo que deve ser a LPM, que aponte um caminho e que tenha passado os três testes atrás referidos. O sistema de forças não tem necessariamente que se limitar a reproduzir aquilo que existe e o que está já decidido adquirir num horizonte de curto prazo; interessa, sobretudo, que dê corpo à visão aprovada do que devem vir a ser as forças armadas, pelo menos no espaço de tempo coberto pela LPM que estiver em vigor. Por razões de sistematização e para favorecer uma abordagem conjunta das capacidades, em alternativa à tradicional visão das componentes marítima, terrestre e aérea, tem sido sugerida a sua junção sob três vertentes de actuação: a intervenção no exterior, a vigilância e defesa à distância, que tem a ver essencialmente com o espaço estratégico de defesa nacional, e a defesa territorial, representando não só o último bastião como também uma maior articulação e coordenação com as forças de segurança. Qualquer outro arranjo pode servir desde que favoreça a abordagem integrada que tem faltado.

109 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Luís Brás Bernardino[1]

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Cordeiro[2]

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A ”ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinas

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia